

## OS DESAFIOS DO DISCENTE TRANSGÊNERE NO AMBIENTE ESCOLAR BRASILEIRO À LUZ DOS ESTUDOS QUEER

Luke Ribeiro Mazzei França Barros<sup>1</sup>

### RESUMO

A comunidade transgênera encontra desafios e tabus em toda a sua trajetória, a contar com o momento que se identifica não condizente com o gênero imposto ao nascer. Pressupõem-se que as escolas brasileiras deveriam ter uma perspectiva transformadora com o objetivo de emancipação e libertação dos sujeitos, entretanto acabam apenas transmitindo saberes científicos, executando uma prática de educação com base em uma norma binária e transfóbica. Diante disso, observou-se que o uso do nome social dentro do âmbito escolar, apesar de ser garantido, não é respeitado. A proibição e o não entendimento da utilização do banheiro, demonstra o não preparo da instituição para lidar com corpos *queers*. Ademais, as aulas de educação física reforçam o modelo binário feminino e masculino e suas consequências para sujeitos cis ou trans. As categorias evidenciam o cisheteroterrorismo e suas intimidações em produção de subjetividades a partir do padrão cisheteronormativo.

**Palavras-Chave:** Transexualidade. Escola. Queer.

### THE CHALLENGES OF TRANSGENDER STUDENTS IN THE BRAZILIAN SCHOOL ENVIRONMENT IN THE LIGHT OF QUEER STUDIES

### ABSTRACT

The transgender community faces challenges and taboos throughout its trajectory, starting at the moment they do not identify themselves according to the imposed gender at

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte

birth. It is assumed that Brazilian schools should have a transformative perspective, aiming emancipation and freedom to the queer community. However, these institutions end up teaching only scientific knowledge, implementing an educative practice based on a binary and transphobic standard. That said, despite being guaranteed it was observed that the use of the social name within the school environment is not respected. The prohibition and misunderstanding about using of the bathroom demonstrates the institutions' unpreparedness to deal with queer bodies. In addition, Physical Education classes reinforce the female and male binary model and its consequences for cis or trans people. Categorizing shows cisheteroterrorism and its intimidation in the production of subjectivities from the cisheteronormative standard.

**Keywords:** Transsexuality. School. Queer.

## 1 INTRODUÇÃO

Antes mesmo de nós nascermos, nosso sexo e gênero são impostos a partir de uma genitália. É a partir de uma ultrassonografia que irão definir toda a trajetória de vida com “É um menino!” para fetos com pênis ou “É uma menina!” para fetos com vagina. A partir do momento que a genitália é identificada, todas as expectativas e ideias são geradas e controladas pela família e sociedade ao longo da nossa vida, desde uma escolha de roupa, de brinquedo, de profissão, de personalidade e até mesmo de orientação sexual. Esse controle pautado em um modelo biomédico sobre os corpos atravessa as relações de tal modo que se a pessoa destoar desse padrão cisheteronormativo comumente será vista como estranha e marginalizada.

Bento (2003, p.550), aponta que as interpelações utilizadas ao longo da nossa vida são tecnologias que acabam produzindo corpos sexuais. “Quando se diz, menino/a, não se está descrevendo uma situação, mas produzindo masculinidades e feminilidades condicionadas ao órgão genital.” (BENTO, 2011, p. 551). Logo, dentro desse contexto de sociedade, pessoas que não se identificam com o sexo e gênero obrigatório ao nascimento

ao longo de sua trajetória de vida, ultrapassam a discussão da normalidade e intercambiam entre os gêneros, seja de modo binário ou não, desafiando as normas de gêneros impostas. A transgeneridade<sup>2</sup> para além de uma mudança de sexo e gênero compulsório é o atravessamento das categorias binárias homem e mulher, mesmo que por vezes a performatividade seja a partir do padrão heteronormativo.

Segundo Franco (2018, p. 470), quando essa cisheteronormatividade é desafiada, as tecnologias dos discursos desencadeiam em preconceito e ódio, em específico a transgenerefobia, podendo culminar em agressões físicas, psicológicas e institucionais, trazendo danos irreversíveis para os sujeitos a que são direcionadas.

A escola como transformadora e com o objetivo de emancipação e libertação preparando o sujeito a uma sociedade democrática (REIS, 2012, p. 01), deveria ter como os quatros pilares da educação:

(...) **aprender a conhecer**, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; **aprender a fazer**, para poder agir sobre o meio envolvente; **aprender a viver juntos**, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente **aprender a ser**, via essencial que integra as três precedentes. (...) (UNESCO, 1998, p.89, grifos do autor).

Mas será que esses quatro pilares são desenvolvidos dentro desse próprio ambiente escolar brasileiro? Será que a instituição escola consegue lidar com as transposições da transgeneridade?

Sendo a escola espaço também de reproduções da cisheteronormatividade, os alunos que não se enquadram nesse modelo, acabam sendo expostos a uma série de negligências que atravessam os seus corpos. Segundo Bento (2008), a instituição escolar não tem capacidade para lidar com as múltiplas existências de ser, inclusive a transgeneridade, e por isso é uma das principais instituições que atuam como guardiãs das normas de gênero. Essa afirmação é consonante com as pesquisas feitas por Amorim (2018) e Junior e Maio (2016).

---

<sup>2</sup> Não utiliza-se o termo transexualidade ou transgênero, pois a ideia central da transgeneridade é transpassar o conceito que criamos de gênero para abarcar muito mais do que eixos específicos médicos. Essa nomenclatura perpassa por pessoas que se identificam como homem ou mulher trans, mas também que não se identificam em nenhuma dessas duas categorias. A transgeneridade inclui todo o espectro das transgeneridade, abarcando toda a categoria T dentro da sigla LGBTQIAP+ (NERY, 2015).

que relatam, através de entrevistas, as dificuldades de inserção e estabelecimento de pessoas transgêneres dentro do ambiente escolar brasileiro.

Desse modo, podemos chegar à conclusão de que o relatório da UNESCO (1998), é utópico, pois o que na prática encontramos é um aprender a conhecer o que já é normativo, aprender a fazer e praticar a transgenerofobia, aprender a viver juntos com pessoas que performam o padrão de gênero binário de nascença e aprender a ser cisheteronormativo para assim reproduzir dentro e fora do ambiente escolar.

Dentro de uma sociedade com padrões cisheteronormativos, o ambiente escolar se adapta com a forma do cisheteroterrorismo, a qual transforma esses modelos latentes, podendo até mesmo ocasionar em uma expulsão compulsória<sup>3</sup>. Apesar de muitos teóricos usarem o termo homofobia para caracterizar a exclusão de sujeitos que destoam qualquer padrão de gênero a partir de uma sexualidade ou de uma identidade que transiciona, agrupando toda a comunidade LGBTQIAP+, por vez acaba excluindo as transgeneridade e seu caráter que difere de uma homofobia no seu sentido próprio de significado. Utilizar o termo cisheteronormativo enquadra aspectos de existência e não só de atração física, assim como utilizar o conceito cisheteroterrorismo dentro do ambiente escolar demonstra pensarmos em muito além do preconceito prático dentro de um contexto específico, mas demonstra em seu termo, a sensação de ser alvo de repetitivos ataques, corroborando com o significado da palavra terrorismo.

A expulsão compulsória pode ser última consequência dentro de uma série de negligências institucionais da caminhada de uma pessoa transgênera do espaço escolar brasileiro. Os relatos encontrados na pesquisa de Peres remetem ao ápice do sofrimento psíquico e físico, em que se compreende o cisheteroterrorismo e a expulsão compulsória ditado por uma mulher trans:

Da escola, eu lembro das torturas. Torturas que estavam presentes nos olhares e risos que iam desde a servente e a merendeira, passando pelos professores e a diretora, até os colegas de sala e de recreio. Mas o pior mesmo era um guri da minha idade que me perseguia o tempo todo, que me falava grosserias: 'seu viado', vê se cria jeito de homem, seu safado, quando a gente te pegar você vai ver só, você vai aprender a virar homem, vai aprender a parar de ficar com essa mãozinha se

---

<sup>3</sup> Utiliza-se o termo expulsão compulsória, pois os indivíduos não escolherem sair da instituição por uma escolha, mas uma obrigatoriedade compulsória devido as condições de saúde mental e física.

requebrando'. Quando eu via aquele guri eu entrava em pânico e pensava: meu Deus, lá vem aquele Hitler de novo? Enquanto ficava nas ameaças eu aguentava, mas o pior foi quando ao sair da escola, eu levei uma chuva de pedradas que me machucaram muito e tive que fazer vários curativos. Mesmo assim eu ainda aguentei muito até terminar a oitava série. Depois disso, nunca mais quis saber de escola. (PERES, 2009 p. 252)

Levando em conta a condição que o alune transgênera passa dentro do ambiente escolar brasileiro, quais serão as negligências institucionais que perpetuam o heteroterrorismo? Que obstáculos institucionais há na trajetória do discente transgênera no ambiente escolar brasileiro que tem em potencial a expulsão compulsória disfarçada de evasão escolar?

A partir desses questionamentos, o presente artigo tem como objetivo identificar que dificuldades institucionais o aluno transgênera enfrenta no espaço escolar brasileiro, apontando os desafios do processo da transgeneridade dentro do contexto escolar e descrevendo os conceitos que entrelaçam o campo transgênera e seus possíveis desdobramentos.

Faz-se importante o presente estudo a fim de compreender e problematizar o acolhimento, invisibilidade e a escassez de recursos institucionais para evitar o sofrimento escolar causado no discente transgênera no âmbito educacional brasileiro a partir de estudos queers. Discussões e debates sobre transição do alunado já ocorrem nesse espaço, porém, apenas em “situações problemas” a qual, na maioria das vezes, julga e infringe direitos da criança, do adolescente e do próprio ser humano. Por esse motivo, o estudo objetiva causar reflexão sobre o tema a partir da compreensão do processo e apontamento de alguns cenários, para suscitar práticas possíveis de prevenções realizadas pela equipe educacional e alunos, além da garantir direitos para a comunidade transgênera.

## **2 EXERCÍCIO DO NOME SOCIAL**

O nome é a interpelação da pessoa no mundo, pois a partir dele identificamos o sujeito como próprio de si e a força de ser quem a pessoa é. Cotidianamente, somos chamados por nossos nomes, seja onde moramos, estudamos ou trabalhamos. Mas será que há pessoas que não se reconhecem com tal nome? Não por uma questão de gosto e opção,

mas por toda história e definição de pronomes que são desdobrados para definir o indivíduo.

O nome social<sup>4</sup> é caracterizado pelo nome escolhido dentro do contexto social pela pessoa que se identifica como transgênera, seja a partir de uma visão binária de sujeito ou não. Por outro lado, o nome de registro é o nome que é registrado comumente desde o nascimento, escolhido pelos pais ou responsáveis da criança. Logo, o nome social é de extrema importância para pessoas transgêneras, pois é a partir dele que haverá a constatação da pessoa ser o que sempre foi para os outros a partir do que ela se identifica, e não do que foi imposto. Com o uso do nome social respeitado e garantido, outros tipos de desdobramentos acontecerão, como o uso do pronome masculino, feminino ou neutro. Devido a isso, dentro do movimento transgênera, a luta pelo nome social em todos os espaços é de grande relevância, pois é uma garantia de direitos para a pessoa ser reconhecida pela sociedade da forma como lhe reconhece interna e externamente.

Dentro do ambiente escolar, a utilização do nome social desde o ano de 2017 é tema de debate no Ministério da Educação (MEC) a partir do Parecer CNE/CP nº 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017 sobre a normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica e garantida como direito pela Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018 definindo o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Apesar da legislação ter sido regulamentada, será que ela é cumprida? Há fiscalização? Dentro de uma sociedade cisheteronormativa, as escolas têm conhecimento da regulamentação? Será que os pais dos colegas de classe estão preparados para Joana ser chamado por João?

Apesar de ter garantia de direitos, não estamos enxergando a raiz do problema, mas o seu sintoma. Em uma sociedade permeada pela cisheteronormatividade, na maioria dos ambientes, mesmo com os direitos do uso do nome social garantidos, ele acaba não sendo respeitado, muito menos o seu pronome referenciado.

---

<sup>4</sup> Nome social não é o que comumente denominamos de apelido, mas o nome que a pessoa se identifica a partir da sua identidade de gênero transgênera.

Em estudos por Junior e Maia (2016) vemos a resistência da grande parte da educação básica, como a da pedagoga Brida:

[...] nós temos até um caso de um aluno de terceiro ano [...] o nome é Gregório e ele gostaria de ser chamado de Melanie na formatura. Mas aí tem toda uma legislação sobre isso, ele teria que ter 18 anos pra fazer essa opção né. Então ele gostaria de ser chamado pelo nome social [...] Eu digo: 'não, você vai ter que cumprir a lei, a lei é essa, porque você não tem 18 anos ainda. Não tem como a gente fazer isso pra você na formatura. (JUNIOR & MAIA, 2016, p. 165)

A base de fundamento para a não respeitarem Melanie por seu nome não é apenas por uma legislação, mas sim por a cisheteronormatividade ser estrutural e não ver meios de tornar que ela seja respeitada pela sua identificação e história de vida e não, simplesmente, por uma genitália classificada como masculina (pênis).

A não utilização do nome social por terceiros causa sofrimento para a pessoa transgênera, já que não se vê imersa nesse outro nome e pronome que para ela é referido. Para além, existe o constrangimento de ser exposta e o bullying que pode ser ocasionado pelo apagamento de pessoas trans nesse espaço.

### **3 UTILIZAÇÃO DOS BANHEIROS**

Na sociedade binária cisheteronormativa utiliza-se os banheiros como uma diferenciação de categorias inventadas sobre o homem e a mulher. Porém, apesar de pensar-se que essa diferenciação foi realizada para melhor distribuir os tipos de pessoas, ao ser refletida, compreende-se que não foi criada sem uma intenção eminente. Em todos os locais, como o trabalho, escolas, universidades e espaços públicos depara-se com uma divisão do banheiro feminino para mulheres e banheiro masculino para homens. Pensando a partir da sua função útil, o banheiro foi criado para satisfação de necessidades relacionadas a evacuação e/ou urinária a fim de termos uma sociedade mais higiênica.

Para as pessoas cisgêneras, entrar no banheiro com separação binária e utilizá-lo é mais que comum, porém, para a comunidade transgênera é um conflito interno enorme,

pois muitas vezes, apesar de identificar-se ou não, como sendo de um gênero específico, os banheiros não estão atrelados as essas genitálias, mas a uma visão de mulher-vagina e homem-pênis. Devido a isso, os sanitários não estão preparados para receber esses tipos de corpos, como o exemplo de banheiros ditos como “masculinos” que só tem mictórios, logo só pessoas com pênis conseguem utilizar. Essa divisão binária é empregue para separar genitálias e assim excluir pessoas que não se enquadram nesse padrão cisheteronormativo.

Esse direito que está sendo violado repercute em falas dentro do próprio ambiente escolar, pois demonstra a não capacidade de recepção dos corpos transgêneres, já que muitas vezes essas pessoas podem ficar horas sem utilizá-lo, podendo até mesmo criar alguma patologia como a infecção urinária. A partir de uma breve análise nota-se que esse apagamento é muito mais do que não querer que essas pessoas utilizem o banheiro, mas uma exclusão compulsória em todos os espaços que se pode frequentar.

A partir da discussão da utilização dos banheiros, entende-se que o simples uso da Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018 não garante esses princípios, pois o desdobramentos da garantia dos lavabos corretos não é discutido, ocorrendo então uma controvérsia, dado que o nome social é garantido, mas o toalete não. Segundo Nery (2015, p. 67), além das negações sociais de seu gênero, em que as pessoas transgêneres são submetidas, há constrangimentos e agressões por utilizarem o banheiro com que se identificam.

Em uma pesquisa de, Cruz (2011), discute-se o tema das travestis e os banheiros dentro da escola e foi realizada uma entrevista com educadores, alunos e profissionais da saúde para saber qual banheiro uma travesti deveria usar e as respostas foram as seguintes:

1. o banheiro adequado era o "dos meninos", porque *ele* tinha pênis, então tinha que usar o banheiro dos meninos;
2. o banheiro que deveria ser utilizado era o "das meninas" porque *ele* agora era mulher, se vestia como uma mulher;
3. o banheiro a ser utilizado era o "da diretora", ou "dos(as) professores(as), funcionários(as)" que significava uma proteção, porque podiam bater no(a) aluno(a) no banheiro dos meninos;
4. o banheiro a ser utilizado era o "da diretora" porque era difícil debater este tema com as famílias da escola;
5. o banheiro a ser utilizado era o "dos meninos" porque ele não podia *ferir o direito das meninas a ter privacidade*;
6. o banheiro a ser utilizado era "o das meninas" porque os meninos zombavam e podiam *bater nele*;

7. o banheiro a ser utilizado era o da diretora porque os professores/as não gostavam da ideia de vê-lo utilizando o seu banheiro;
8. ele(a) poderia usar o banheiro que quisesse (poucas pessoas com esta visão);
9. talvez precisássemos de um terceiro banheiro;
10. talvez pudéssemos ter nas escolas um banheiro só (para alunos e alunas) (poucas pessoas com esta visão). (CRUZ, 2011, p.165)

Como bem explicita, Nery (2015, p. 68), a denominação do pronome “ele” só escancara o não entendimento do que é ser uma travesti, além da compreensão já discutida do entendimento do banheiro a partir de uma genitália, pois se a travesti tem pênis logo ela deve utilizar banheiro masculino. Mas então pode-se pensar em utilização de um terceiro banheiro? A utilização do banheiro da diretora ou dos professores está mascarada pelo cisheteroterrorismo que as pessoas transgêneres enfrentam no ambiente escolar, as quais precisam ser demonstradas como “diferentes” as outras crianças e adolescentes que são cisgêneros.

O ambiente do uso do banheiro no espaço escolar depõe uma questão muito mais profunda do que um simples uso cotidiano, mas a uma exclusão de corpos que diferem do padrão cisheteronormativo e uma postura afirmativa para os demais alunos que o outro *queer* não goza de direitos básicos.

#### **4 IMPLICAÇÕES DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Nas aulas de educação física encontra-se o ápice da lógica binária, pois toda a divisão exercida na prática das aulas é pela justificativa de homens terem mais força gostando de esportes de auto impacto, conseqüentemente, optando pela prática do futebol, basquete e artes marciais e as mulheres que são mais frágeis, com práticas de autocuidado, como yoga, pilates e dança. Nos jogos mistos, normalmente colocam uma atividade mais recreativa como a queimada. Além de ser uma suposição machista e sexista, também é transfóbica, pois é a partir dessas afirmações que vemos que esse padrão do que é homem e mulher fica confuso, tanto para pessoas transgêneres, como para pessoas cisgêneros. Percebe-se que o efeito dessa situação pode atuar como forma de violência, pois se a premissa é que existem esportes que tem mais condições de serem exercidos por um do que por outros, demonstra-

se que pessoas que não se aliam a essa engenharia de produção de corpos normais (Berenice, 2011) sofrem por não poderem escolher o que gostariam de fazer.

Assim como nos banheiros, a problemática se estende para os vestiários nas aulas de educação física que trazem o questionamento da sua utilização, de um lugar que, aparentemente, é para se vestir, trocar de roupa ou tomar um banho rápido depois de praticar um esporte em comum, pode ser concebido uma ameaça para alguns corpos, como o de Arthur:

(...) Na época eu não estava com esta aparência porque eu comecei a transição recentemente. Na época mesmo o uniforme junto com as meninas, tudo, tal, eu não trocava na frente delas. Na hora que eu chegava, elas viravam. E vendo este constrangimento pra elas e pior pra mim, eu evitei entrar. Então eu ia praticamente só com a roupa por baixo e só trocava a camisa dentro do banheiro. Então eu fingia que ia lá pra fazer xixi e pegava e trocava... (AMORIM, 2018, p. 160)

Mesmo Arthur não tendo feito a transição hormonal na época que estava na escola, será mesmo que ele conseguiria trocar de roupa? Em muitas escolas, o fato de os vestiários e chuveiros não terem cabines individuais para ter a sua privacidade com o seu corpo pode ser a engrenagem para a prática de uma chacota ou violência física.

Diante dessa segregação, outros desdobramentos são perceptíveis, como o uso “adequado” de uniformes para meninas e meninos. Normalmente, as meninas devem utilizar uma calça ou um short mais justo com uma camiseta mais colada ao corpo e os meninos devem utilizar uma calça ou bermuda mais folgada e uma camiseta adequada para a prática de esportes. A questão que suscito não é se devemos permitir qualquer tipo de roupa para a prática de esportes, mas, será que devemos obrigar o uso de uma roupa específica perante seu gênero, ou melhor, a sua genitália? Pois diante dessa divisão poderíamos concluir que uma mulher deve-se mostrar todas as curvas do seu corpo e, por outro lado, o homem pode-se estar mais confortável na sua roupa.

Muitas pessoas trans, como relatado na pesquisa de Amorim (2018), acabam tentando burlar o sistema e criam adaptações, utilizando uniformes maiores ou menores, para se enquadrarem no que é delimitado como homem e mulher. Essas tentativas suscitam

a pensar em que estamos querendo que as crianças e adolescentes aprendam nas aulas de educação física? Será mesmo que é só uma aula para exercemos atividade física?

## 5 CONCLUSÃO

Fundamentados nessas negligências institucionais dentro do ambiente escolar brasileiro, percebe-se que a cisheteronormatividade encontra um terreno fértil de disseminação a partir do cisheteroterrorismo que violenta e persegue corpos que não se aliam a um ideal de gênero. Entretanto, a violência, apesar de ser brutal com pessoas transgêneres, também se instaura em pessoas cisgêneras que não performam esse padrão de cisheteronormatividade.

Diante disso e dos relatos e pesquisas mostradas durante o artigo demonstra-se que a saúde mental da comunidade transgênera acaba-se sendo afetada, pois vira-se alvo de uma lógica binarista podendo chegar a ataques físicos e psicológicos. Os constrangimentos a que a comunidade transgênera é submetida dentro do contexto escolar, desde ser chamado pelo nome de nascença, pronomes a partir de uma genitália, banheiros não apropriados para seus corpos, roupas que não se adequam ao seu físico e seu gosto e até piadas e gozações, vão demonstrando que esse sujeito não é detentor de direitos em nenhum desses espaços, logo que não se deve estar ali. Esse sofrimento psíquico chega ao ápice quando essa pessoa é expulsa compulsoriamente. A expulsão compulsória corrobora com um nível de escolaridade abaixo da média para pessoas transgêneras que podem nunca mais ter vontade ou querer estar lá pelas séries de impedimentos dos seus corpos de ocuparem esse lugar, podendo por esse motivo, não conseguirem empregos e viver suas vidas de maneira digna.

É de extrema importância pensarmos em capacitação de professores e gestores dentro das escolas, pois percebe-se a prática de normas de gênero sendo exercidas dentro dessa estrutura institucional, as quais, atuam como meio de “solução” para separar homens e mulheres, mas que na realidade exercem uma atuação transfóbica que depreende que pessoas que não se alinham com uma visão de padrão de gênero são *queers*, e não tem direito de escolha, ocasionando em um sofrimento.

A escola deve educar a partir de uma visão crítica de mundo, construindo enlaces para uma emancipação daquele sujeito e inserção a uma sociedade democrática. Devido a isso, o espaço educacional é o campo destinado ao encontro de outros indivíduos, os quais são diversos. O intuito dessas múltiplas subjetividades, é aprender a conviver, respeitar e lutar por garantia de direitos para cidadãos que não tem sua convivência a sociedade garantida. Para esse modelo conseguir ter pleno funcionamento, o artigo mostrou-se o quanto o ambiente educacional escolar está sendo adoecedor para o outro que não performa as determinações de gênero, e que nossa ação, diante dessas negligências institucionais, é fundamental para uma melhora no sofrimento psíquico e físico da comunidade transgênera.

O artigo teve como proposta de identificar, relacionar, apontar e debater as dificuldades institucionais que o aluno transgênera enfrenta no ambiente escolar brasileiro. Devido a isso, não houve aprofundamento em questões da própria expulsão compulsória, ou de como a escola, a partir de sua pedagogia ensinada, pode-se contribuir para essa transfobia. A pesquisa teve o propósito de olhar a perspectiva escolar educacional como instituição, não debatendo sobre a pedagogia ensinada. Devido a essas questões que não foram abordadas, sugiro estudos para um aprofundamento mais específico.

## REFERÊNCIAS

- AMARO, I. 2016. A escola no armário: o apagamento das relações de gênero e das sexualidades no PNE e nos Planos Municipais de Educação. **Anais do 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidades e do 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero** – “O que temos feitos de nós?”. Vitória: UFES.
- AMORIM, S. M. G. 2018. **Escola e transfobia**: vivências de pessoas transexuais. Dissertação (Mestrado em Ciências e Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo. Araraquara. 2018.
- BELLO, M. C.; LUZZI, J. 2009. **Gênero e diversidade sexual na escola**: da exclusão social à afirmação de direitos: a experiência do núcleo de gênero diversidade sexual da secretaria de estado da educação do paraná. IX Congresso Nacional de Educa o – EDUCERE, 2009, Curitiba. Anais eletr nicos. Curitiba: PUC – Paraná, 2009.

BENTO, B. 2003. Transexuais, corpos e próteses. Labrys: **Estudos Feministas**, n. 4, ago./dez. 2003.

BENTO, B. 2011. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n.2, p.336, maio-ago. 2011.

CRUZ, E. F. 2011. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 73-90, jun. 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2011000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 15 fev. 2021.

FRANCO, N. 2018. Transfobia e cotidiano escolar: impactos na relação docente/discente. **Revista de Educação Pública**. R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 27, n. 65/1, p. 469-486, maio/ago. 2018. Disponível em: doi: 10.29286/rep.v27i65/1.6592 Acesso em: 15 fev. 2021.

GRAUPE, M. E.; GROSSI, M. P. 2013. As ações do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e a agenda política de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia nas escolas. **Revista Emblemass**, v. 10, n. 2, p. 221-233, jul-dez, 2013. Disponível em: acessado em: 15 de Fevereiro de 2021.

JUNQUEIRA, R. D. 2009. **Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

JUNIOR, I. B. de O.; MAIA, E. R. 2016. Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans no sistema escolar. **Educação E Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 159-172, jan/abr. 2016.

NERY, J. W. 2015. **Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento**. *Diversas Diversidades*, Rio de Janeiro, Cap. 4, p. 61-80, janeiro. 2015.

PERES, W. S. 2011. Transfobias, lesbofobias e homofobias invisíveis: o que a escola tem com isso?. **Programa de Pós Graduação em Educação**, Campo Grande, v.17, n.34, p. 154-178, jun-dez. 2011.

PERES, W. S. 2009. **Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2009.

REIS, T. 2012 Psicologia e a questão da violência nas escolas. **Palestra na 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia**, São Paulo-SP.